

RENDA, PESCA E PAISAGEM

Por uma ecopolítica dos saberes das águas nas margens da Laguna Mundaú

*LACE, FISHING AND LANDSCAPE
Towards an ecopolitics of water-based knowledges
on the edges of Mundaú Lagoon*

**Flávia de Sousa Araújo¹, Manoel Ageu da Silva Neto²,
Luana da Silva Lacerda dos Santos³,
Liriel Gonçalves da Conceição Lira⁴,
Laysa Vitória Conceição de Souza⁵ e
Lana Kauane Gomes Graciliano⁶**

Resumo

Este artigo propõe uma reflexão sobre as ecopolíticas das águas no Pontal da Barra em Maceió, Alagoas, território tradicional marcado pelas práticas e artesanias da pesca e da renda filé, ambas ameaçadas pela indústria petroquímica, principalmente após o recente crime ambiental ocorrido na capital alagoana. A partir da leitura da paisagem e escuta de narrativas locais, fruto de atividades acadêmicas da formação em arquitetura e urbanismo, se articula narrativas de memória e resistência do bairro, situado entre o Oceano Atlântico e a Laguna Mundaú. Conforme os saberes ancestrais, tecnologias de resistência dos habitantes locais, mais do que compreender a paisagem, trata-se de regenerar as relações entre humanos, águas e demais elementos dos ecossistemas coexistentes no território, questionando a urbanidade hegemônica e elucidando modos outros de habitar. Ancorado na decolonialidade, se vislumbra imaginar futuros lagunares em que a cidade escute as águas e reconheça a dignidade dos modos de vida tradicionais.

Palavras-chave: saberes das águas; justiça territorial; ecologia decolonial; corpo-território; urbanidade contra-hegemônica.

Abstract

This article proposes a reflection on the water ecopolitics in Pontal da Barra in Maceió, Alagoas, a traditional territory marked by fishing practices and filé lace craftsmanship, both threatened by the petrochemical industry, especially after the recent environmental

crime that occurred in the state capital. Through landscape reading and listening to local narratives, resulting from academic activities in architecture and urbanism education, the article articulates narratives of memory and resistance of the neighborhood, situated between the Atlantic Ocean and Mundaú Lagoon. According to ancestral knowledge and resistance technologies of local inhabitants, more than understanding the landscape, it is about regenerating relationships between humans, waters, and other elements of coexisting ecosystems in the territory, questioning hegemonic urbanity and elucidating other ways of dwelling. Anchored in decoloniality, it envisions imagining lagoonal futures where the city listens to the waters and recognizes the dignity of traditional ways of life. Keywords: water knowledge; territorial justice; decolonial ecology; body-territory; counter-hegemonic urbanity.

Introdução às ecopolíticas da laguna

A paisagem do Pontal da Barra é atravessada por uma fratura estrutural: de um lado, os modos de vida tradicionais, enraizados nos ritmos das águas, da pesca e do recamo da renda filé; de outro, a lógica colonial-capitalista que transforma território em mercadoria, as matas, as águas e os seres humanos são compreendidos somente enquanto recursos rentáveis, de infraestrutura e de força de trabalho. Essas desigualdades socioambientais se expressam materialmente na justaposição entre as práticas de subsistência e reciprocidade dos moradores e a presença monumental de infraestruturas industriais, como a indústria petroquímica de exploração de salgema, Braskem, que impõem ao território um regime que dissocia corpo, terra e memória. Nesse cenário, o que está em jogo não é apenas o futuro de um bairro periférico, mas a possibilidade de continuidade de um modo ancestral de habitar a Terra fundado em princípios de equilíbrio, partilha e espiritualidade. A modernidade, enquanto projeto de dominação da natureza e de universalização de um único modo de vida, relega os saberes ancestrais locais à condição de atraso ou folclore. Ao contrário, é nesses saberes, que podem ser observados na figura 1 — e na sua articulação com os ciclos das águas, das matas e da terra — que se encontram alternativas para a regeneração da paisagem e a construção de um urbano que não esteja a serviço do capital, mas da vida.

O pensamento que estrutura esta investigação se ancora em uma tríade teórica que confronta o colonialismo como paradigma territorial, epistemológico e ecológico: a ecologia decolonial de Malcom Ferdinand (2022), o futuro ancestral de Ailton Krenak (2022) e a lógica da biointeração e da contra-colonização elaborada por Antônio Bispo dos Santos (2015). Ferdinand (2022) propõe uma ecologia que não dissocia a degradação ambiental da fratura colonial: a crise ecológica é também uma crise racial, territorial e ontológica. É preciso “sair do porão” do navio negreiro — metáfora do mundo moderno — e reconstruir formas de viver baseadas em reciprocidade com a Terra, questionando radicalmente o habitar colonial que transforma ecossistemas em zonas de sacrifício. Krenak (2022), por sua vez, evoca uma temporalidade em espiral: o futuro não está adiante, mas atrás — é ancestral. Os rios, os montes e as florestas são entidades de memória e potência que precedem e excedem o humano. Escutar os rios, ser rio, é experimentar uma poética da existência que não separa natureza de cultura, espírito de matéria, sujeito de paisagem. Já, Santos (2015) reivindica uma racionalidade contra-hegemônica ancorada na lógica da confluência e da reedição: a terra não é posse, é presença; o trabalho não é castigo, é cuidado; e os territórios não são zonas produtivas, mas ecossistemas espirituais. A economia afropindorâmica (Santos, 2023), que guarda o peixe no rio em vez de no freezer, que distribui em vez de acumular, enuncia uma ecopolítica de base comunitária, radicalmente oposta à expropriação colonial e ao desenvolvimentismo dito sustentável.

1 Professora Doutora na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas (FAU - UFAL), Doutora em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR - UFRJ/2015), Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA/2008), Especialista em Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (UFPA/2012) e Arquiteta e Urbanista (UFPA/2005).

2 Graduando em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas (FAU - UFAL).

3 Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas (FAU - UFAL).

4 Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas (FAU - UFAL).

5 Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas (FAU - UFAL).

6 Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas (FAU - UFAL).

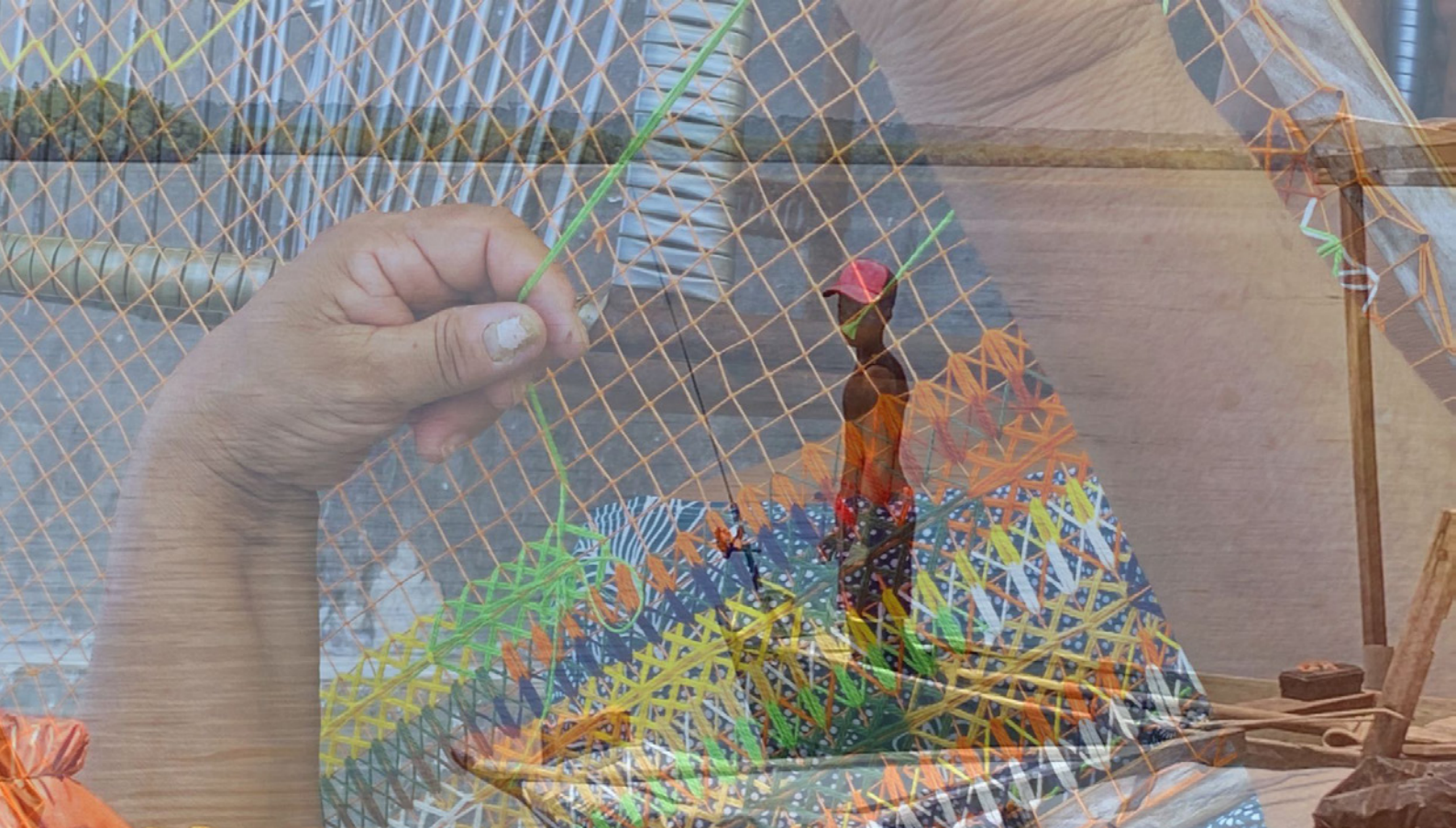


Figura 1 - Colagem digital: Saberes ancestrais das águas: a artesanaria da renda e pesca no Pontal da Barra.
Fonte: Autoral, 2025.

A abordagem metodológica deste estudo recusa o distanciamento analítico das epistemologias modernas e parte de um lugar de escuta, presença e envolvimento ético com o território e seus habitantes. A pesquisa se funda em um reconhecimento e leitura da paisagem do bairro do Pontal da Barra, no litoral sul da capital alagoana, exercício acadêmico realizado durante o 4º período na formação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas, na disciplina de Projeto de Paisagismo 2. Para isto, foram feitas visitas *in loco*, escuta ativa da população local, levantamento fotográfico, pesquisa documental e debates junto às docentes, que mobilizaram a seleção da equipe por ferramentas teórico-metodológicas de apreensão da paisagem, como percepção e deriva. No exercício de apreender a paisagem urbana, para além da representação técnica e inspirada na prática da deriva situacionista (Jacques, 2003, p. 17), caminhar pelo Pontal da Barra passou a se tornar dispositivo epistemológico: o corpo em movimento se afeta e é afetado pelas texturas do espaço — seus cheiros, sons, fluxos e silêncios — compondo uma cartografia viva das intensidades territoriais. Essa cartografia não se estrutura sobre mapas oficiais, mas sobre experiências vividas. Viel, bordas, beiras de mangue, quintais e varandas emergem como cenas sensíveis de uma paisagem que fala por imagens, rastros e práticas. A escuta das narrativas da população que ali habita — sobretudo das pessoas com mais idade — opera como chave interpretativa desse tecido simbólico. Trata-se, aqui, de reconhecer a oralidade como tecnologia de saber, e a memória como campo metodológico. As falas da população moradora do Pontal da Barra, como mostra Gonçalves (2009), não apenas narram o passado, mas atualizam modos de vida que persistem na resistência cotidiana: a rede sendo tecida à sombra, a maré sendo lida com o olhar, a casa sendo ampliada segundo o ciclo da renda e da pesca.

A escuta, nesse contexto, não é coleta de dados: é encontro. Encontro entre corpos, histórias e temporalidades. Por isso, a metodologia assume um caráter transdisciplinar, situado e contracolonial, em que a pessoa pesquisadora é convocada a desaprender as certezas do método cartesiano para habitar o território com sensibilidade epistemológica. Compreendemos contracolonialidade tal como nos afirma o intelectual quilombola Antônio Bispo dos Santos (2023): trata-se de uma diversidade de práticas que desmantelam o projeto totalitário da colonialidade que estrutura nosso mundo. A contracolonialidade remete a um modo de existir com resiliência e enfrentamento à

colonialidade de maneira viva, criativa e cotidiana, que advém dos quilombos, baixadas, favelas, grotas, comunidades, quebradas, etc. As epistemologias contracoloniais são aquelas que se fundamentam na práxis ética e política das confluências sociais, ou dos corpos confluentes (Araújo et al, 2024), como: Povos Originários, quilombolas, comunidades tradicionais e demais povos da floresta¹, população LGBTQIAPN+ e mulheres, entre outros grupos sociais subalternizados, cujos modos de estar no mundo, se dão por meio de cosmocepções e práticas de saberes ancestrais.

Não se trata de aplicar um modelo interpretativo ao Pontal da Barra, mas de deixar que o próprio território — suas águas, suas dores e seus modos de fazer — ensine a ver, sentir e projetar. A escuta comunitária, nesse sentido, torna-se não apenas instrumento, mas princípio: é pela escuta que o território se revela e se insurge contra o silenciamento histórico imposto pela cidade formal. Assim, o reconhecimento e leitura da paisagem realizado neste trabalho é também um gesto político: descolonizar o olhar discente em arquitetura e urbanismo sobre a paisagem, valorizar falas e palavras de quem habita o território. E afirmar a centralidade dos saberes ancestrais locais na construção de uma ecopolítica de resistência. O que se propõe não é uma leitura contemplativa, mas uma leitura comprometida — com a dignidade das águas, com a permanência dos modos de vida e com a possibilidade de imaginar futuros enraizados na ancestralidade e na justiça territorial.

Entre águas doces, salgadas e salobras: memória e resistência no Pontal da Barra

O bairro situado entre a Laguna Mundaú e o Oceano Atlântico, para além de uma parte da cidade de Maceió, é uma paisagem densa de sentidos, onde a coexistência entre as águas doces, salgadas e salobras, e a cultura humana conformam um território de historicidade viva, moldado por práticas ancestrais e marcado por disputas contemporâneas. Esta península — de restinga e manguezal entre laguna e mar — abriga uma comunidade tradicional que, por gerações, sustentou-se pela pesca artesanal, pela renda filé e pelos laços de vizinhança. A singularidade desse território não está apenas em sua morfologia — ruas sinuosas, casas autoconstruídas e quintais vegetados —, mas na espessura simbólica de um lugar onde o espaço é memória, o corpo é território e a água é caminho, sustento e legado.

Essa paisagem, enraizada em modos de vida sensíveis, foi, ao longo do século XX, submetida a uma lógica de desenvolvimento exógeno e predatório. A instalação da indústria petroquímica Salgema (atual Braskem), em 1977, no auge da Superintendência do Nordeste, durante a ditadura militar, localizada nos limites do bairro, na borda entre a laguna e o mar, instaurou uma cisão entre os ritmos ecológicos e as dinâmicas industriais, impondo à comunidade o ônus da contaminação, do risco e da subalternidade. O que antes era um território de fluxos tradicionais passou a ser enquadrado por uma lógica econômica técnico-produtiva que deslocou a centralidade das águas como fonte de vida para tratá-las como recurso descartável. A paisagem viva foi então convertida em zona de sacrifício — lugar onde a sobrevivência comunitária se vê ameaçada pela toxicidade dos resíduos e pelas tentativas recorrentes de remoção, associadas à expansão industrial. A resistência das pessoas que ali moram — que praticam a artesanaria da renda e da pesca de peixes e mariscos — se expressou em múltiplas formas de insurgência: protestos, memoriais, movimentos sociais e práticas cotidianas que reafirmam a relação simbiótica com a laguna. O “Movimento pela Vida”, nos anos 1980, foi uma dessas expressões, articulando o pertencimento local à crítica contra a instalação da indústria e suas consequências ecológicas e territoriais. O território, estudado no mapeamento da figura 2 tornou-se, então, arena de disputas entre dois projetos: de um lado, a urbanização ancorada no lucro, na toxicidade e no extrativismo;



de outro, uma urbanidade ancestral, ecológica e resistente, sustentada por vínculos com os ciclos naturais, com os saberes locais e com a coletividade.

A gênese deste lugar, assim como demonstra Gonçalves (2009) — em sua dissertação de mestrado onde estuda a oralidade Pontalense, que expõe características e elementos que atuaram/atua na concepção e dinâmica do bairro — remonta a um núcleo originário de uma população haliêutica, ou seja, que pratica a pesca artesanal tradicional, organizada em relações consanguíneas, cuja sociabilidade se estruturava em torno da oralidade, da solidariedade e do entrelaçamento entre espaço e corpo. O Pontal da Barra pode ser compreendido, portanto, enquanto uma territorialidade anterior à própria ideia de cidade Maceió e capital alagoana. E sua organização espacial deriva da conformação das margens e da prática cotidiana de saberes ancestrais nos modos de habitar a região lagunar, e de coexistir com seus ecossistemas, a exemplo do manejo dos manguezais. Saberes que articulam o mangue, a renda do filé, o barco e a rua enquanto resistência e valorização da ancestralidade diante da abstração colonial do território. Compreender o Pontal da Barra enquanto território que pratica saberes ancestrais afropindorânicos, é compreender a produção de uma ecopolítica de nossos antepassados, que se tece na contramão dos paradigmas dominantes de um epistemicídio em curso (Simas, 2018). A ameaça constante da indústria — tanto em sua presença material quanto em sua perspectiva de expansão — evidenciou que não se trata apenas de um embate técnico ou jurídico, mas de uma disputa ontológica sobre o que pode e deve ser uma cidade, um território, uma vida. Neste contexto, o Pontal afirma-se como campo de experimentação de alternativas à cidade neoliberal, onde resistir é também projetar futuros outros — futuros ancorados nas águas e nas memórias.

As memórias da população mais idosa do Pontal da Barra constituem um arquivo vivo em resistência. Para além de registros subjetivos, as narrativas orais são chaves para compreender as camadas simbólicas, históricas e afetivas que conformam o “ser pontalense”. Como lembra Gonçalves (2009), a escuta dessas histórias não é mero exercício de coleta de dados: trata-se de um gesto hermenêutico e político, que reconhece a palavra como prática de mundo — o lugar onde a memória se faz presença e onde o território se revela não apenas geograficamente, mas também

existencialmente. Ao longo das entrevistas de Gonçalves (2009) realizadas com a população idosa — grande parte nascida ou residente no bairro desde a infância — emergem vozes que narram uma paisagem afetiva entrelaçada ao cotidiano da pesca, da renda filé, das festas religiosas e das práticas de partilha. O “Pontal de ontem” é descrito como um espaço de tranquilidade, onde a água da lagoa era azul, as casas de palha simbolizavam uma forma digna de habitar, e as festas de São Sebastião marcavam o tempo comunitário. Mesmo entre os que não nasceram no bairro, como uma das entrevistadas pela equipe discente, a vivência do cotidiano das redes e da pesca a leva a afirmar: “77 anos que a gente mora aqui” — e esse “a gente” é também coletivo, memória entranhada na lama da lagoa e na fibra do filé.

A história oral, como metodologia e como ética, é descrita por Gonçalves (2009) como instrumento de reconstituição da história vivida, que ultrapassa os limites da historiografia oficial para atingir o que ela chama de “história/memória viva” — uma história onde o tempo é tecido pela experiência e pelo afeto. Essa vivência é profundamente marcada pela oralidade, pelo gesto de contar, recontar e reinventar o passado com as imagens e os sentidos do presente. Como escreve Bosi (1994, p. 47), citado pela autora, “a memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora”. Nesse sentido, os moradores idosos são guardiões de uma ecologia do tempo. Seus relatos não são apenas lembranças, mas práticas de *worlding* — de construção do mundo — nas quais os saberes das águas e da vizinhança atualizam-se como insurgência. A memória da “procissão de São Sebastião em canoa” ou do “gritador” que carregava um morto pela margem da lagoa não é folclore: é cosmopolítica. São narrativas que recusam a abstração do território como recurso e o restituem como lugar de pertencimento, vínculo e encantamento. Essas memórias insurgem, ainda, como contraponto ao discurso desenvolvimentista. A população moradora relata com clareza a deterioração da qualidade de vida após a instalação da petroquímica Salgema (hoje Braskem). Para uma das moradoras entrevistadas por Gonçalves (2009, p. 113), “Desgraçou foi tudo, eu acho. A gente vive com medo, com esse tal de SALGEMA aí.” O que se enuncia aqui é a fratura ambiental como extensão da fratura colonial: a comunidade é violentada em sua forma de habitar a Terra, e essa violência se inscreve no corpo dos mais velhos como memória tóxica e denúncia ecológica.

Ao dar centralidade às vozes idosas, a pesquisa reconhece que são essas experiências acumuladas — entre rezas e mariscos — que conformam uma ecopolítica ancestral: uma política do comum fundada na partilha, na reciprocidade e na relação simbiótica com os ciclos naturais. A população anciã não apenas lembra, mas ensina. Suas falas são linhas de reedição, como propõe Santos (2015), porque atualizam saberes que não se perderam, mas se transmutam em resistência. Ao narrar a vida entre a pesca e o filé, entre a devoção a São Sebastião e as caminhadas pela “beirada” até o bairro do Trapiche, a população do Pontal da Barra inscreve no discurso aquilo que Ferdinand (2022, p. 23) chama de “dupla fratura colonial e ambiental da modernidade” — um habitar que é, ao mesmo tempo, ferido e insurgente. Assim, as narrativas orais recolhidas por Gonçalves (2009) não são meras reminiscências. Elas são atos políticos de rememoração que desenham, no presente, os contornos de um território em disputa. Cada voz, cada riso, cada silêncio gravado nas entrevistas é um fragmento de uma paisagem viva que resiste à desapropriação simbólica e material imposta pelo colonialismo ambiental. Escutar a população idosa do Pontal é, portanto, escutar a própria Laguna Mundaú em sua ancestralidade — um espelho d’água onde os tempos se confundem, e onde o futuro, como diria Krenak (2022), é também ancestral.

No Pontal da Barra, o tempo não avança em linha reta: ele circula, retorna, reencanta. A noção de futuro, para que ali habita há muito tempo, não se dissocia do passado — é a continuidade dos ciclos da maré, da repetição das festas, do gesto refeito de bordar o filé ou lançar a rede às águas. Como propõe Ailton Krenak (2022), a ancestralidade não

é uma categoria voltada ao ontem, mas uma chave para habitar o amanhã. O tempo espiralar dos povos originários, tradicionais e da floresta, nos ensina que o futuro está atrás de nós — ele é a memória viva que sustenta a dignidade do agora. Esse tempo não pode ser reduzido à cronometria do calendário urbano, nem ao progresso que alicerça a modernidade. A modernidade colonial impõe à paisagem um tempo linear, pautado pela acumulação e pelo crescimento econômico — tempo de extração, de obsolescência, de urgência. Mas o Pontal da Barra resiste a essa pressa. A vida ali se organiza em torno do tempo das águas, do tempo da maré que sobe e desce sem pressa, do tempo do bordado que precisa de silêncio, sombra e delicadeza. Ser do Pontal é habitar esse tempo alargado, onde cada prática é também um rito, cada gesto uma lembrança e um prenúncio. Como diz Krenak (2022, p. 9), o “nós-rio” carrega memórias que atravessam corpos e territórios. No Pontal, essas águas carregam também a resistência contra a morte simbólica imposta pelo desenvolvimento. O tempo espiralar, nesse sentido, é o tempo da permanência — uma permanência que não é estagnação, mas reinvenção contínua do viver em comunhão com o mundo.

A vida no Pontal da Barra pode ser lida como a expressão de uma territorialidade afropindorâmica em Maceió — uma forma de habitar forjada na resistência cotidiana à colonialidade que estrutura a cidade neoliberal, e que apresenta, tal como os quilombos, modo de organização da vida fundado na bio-interação com o território, na partilha dos recursos e na autonomia dos corpos (Santos, 2015). No Pontal, essa lógica se manifesta no cuidado coletivo, na vizinhança estendida, na casa que se constrói em rituais e festas coletivas, na partilha do peixe que é pescado segundo a necessidade e não apenas o lucro. Como afirma o autor, “melhor lugar de guarda os peixes é nos rios” (Santos, 2015, p. 82) — metáfora que, no contexto urbano, traduz-se na recusa à lógica do acúmulo e na valorização da abundância compartilhada. O saber da renda filé, que passa de avó para neta, e a sabedoria das marisqueiras sobre os ciclos da maré são formas de insurgência contra o silenciamento e a mercantilização do saber. A contracolonialidade se atualiza cotidianamente, é realizada em pequenos gestos: um quintal onde se planta, uma rede que se refaz, uma reza para São Sebastião que persiste mesmo sem procissão. São ações que, embora invisibilizadas pela urbanidade dominante, constituem uma racionalidade outra — orgânica, circular, plural — que transforma o bairro em quilombo de permanência simbólica. Em meio ao avanço do capital sobre as bordas da lagoa, esses modos de vida tornam-se trincheiras afetivas, espirituais e políticas de reinvenção do mundo.

A pesca e a renda filé, pilares do cotidiano pontalense, são mais que atividades econômicas: são formas de transmissão intergeracional de um modo de habitar. Gonçalves (2009) revela como essas práticas operam como rituais de memória: cada ponto bordado, cada rede lançada à água, carrega em si não apenas uma técnica, mas uma história compartilhada. Aprender a pescar é também aprender a ler os sinais da natureza, escutar o vento, compreender o tempo da maré. Bordar filé é um gesto coletivo, marcado pela repetição do ponto, pela conversa entre gerações e pelo silêncio que borda também o que não se diz. Essas práticas corporificam o saber: estão nos dedos que tecem, nas mãos que limpam o peixe, nos olhos que identificam a mancha na água. São práticas que organizam o tempo e o espaço, que marcam a vida comunitária e fortalecem os laços entre vizinhos. Mais do que ocupações, são tecnologias ancestrais que resistem à obsolescência — que insistem em permanecer mesmo quando os tecidos industrializados ou o peixe congelado tentam ocupar seu lugar. Essa resistência é também pedagógica. Ensinar a bordar, ensinar a pescar, é ensinar a viver com o território — a reconhecer os seus sinais, os seus ciclos, os seus limites. A transmissão dos saberes no Pontal da Barra é, portanto, um exercício de regeneração da memória e da dignidade. Um exercício que, diante do avanço da especulação e da destruição ambiental, afirma que ainda é possível viver com — e não contra — o território. E que, como nos ensina Krenak (2022), o futuro — se é que

haverá um — será ancestral ou não será.

No Pontal da Barra, o território não é apenas uma porção de terra delimitada — é extensão do corpo, memória sensível e inscrição de afetos. A separação moderna entre sujeito e espaço, entre corpo e natureza, não encontra respaldo nas narrativas dos moradores nem nas práticas cotidianas da comunidade. Como apontam as falas reunidas por Gonçalves (2009), o corpo que pesca, que borda, que caminha pela beirada da lagoa, é o mesmo corpo que sente a mudança da maré, que reconhece a hora de colher o marisco, que silencia para escutar a água. Trata-se de uma corporeidade ecológica, forjada em relação direta com os ciclos da paisagem — um corpo que não apenas ocupa o território, mas o encarna. Essa dimensão relacional pode ser lida à luz da noção de corpo-território, que tensiona a dicotomia ocidental entre natureza e cultura. O corpo é território porque nele se imprimem as marcas da violência colonial e, ao mesmo tempo, as potências da ancestralidade. A doença que aflige as mulheres após a chegada da indústria, o cansaço dos que convivem com a fumaça, o lamento pelo silêncio da lagoa poluída — tudo isso é inscrição territorial no corpo. Mas também são os gestos de resistência: o pé descalço na lama, o dorso curvado para lavar o peixe, os dedos que tecem o filé com firmeza e cuidado. Como propõe Santos (2015), a lógica da biointeração reconhece que tudo o que fazemos é produto da energia orgânica — o corpo é o mediador entre o visível e o invisível, entre o fazer e o saber. Ele não apenas age sobre o território, mas é atravessado por ele. Da mesma forma, Ailton Krenak (2022) nos lembra que o corpo não é mercadoria, nem instrumento, mas extensão da Terra — e que ferir o território é também ferir o corpo, pois ambos compartilham a mesma pulsação.

As narrativas de Gonçalves (2009) reforçam essa imbricação: as mulheres que costuram o filé falam das cores e dos pontos como quem descreve um mapa da alma; os homens que pescam com vara ou arrastão narram com precisão os ventos, as correntes, o tempo da lua — como se seus corpos estivessem afinados ao compasso da lagoa. Quando evocam a infância brincando nos becos, os banhos na lagoa “azulzinha” ou as festas feitas em frente às casas, articulam uma espacialidade que é também afetiva, íntima, incorporada. O território não é cenário: é carne. Reconhecer o Pontal da Barra como corpo-território é, portanto, reconhecer que qualquer tentativa de intervenção técnica ou política sobre essa paisagem exige mais do que diagnóstico — exige escuta e respeito. Trata-se de entender que a luta por justiça territorial é também uma luta pelo direito ao corpo íntegro, à continuidade dos saberes corporais e à preservação dos vínculos simbióticos com o ambiente. A laguna não é apenas contexto: ela é extensão sensível das subjetividades que nela vivem, resistem e se reconhecem.

Derivar no Pontal da Barra: cartografia sensível na apreensão da paisagem urbana

Em oposição à cartografia técnica que fragmenta, reduz e neutraliza o território, a deriva — enquanto prática de escuta e presença — emerge como um método decolonial de apreensão da paisagem. Inspirada nos escritos situacionistas, e especialmente na leitura crítica proposta por Paola Berenstein Jacques (2003), a deriva não é um simples caminhar sem destino, mas um gesto epistemológico e político de desvio: um modo de reencantar o território pela experiência sensível, subvertendo o olhar racionalista que ordena o espaço segundo os interesses do capital. No contexto do Pontal da Barra, derivar, como se observa na figura 3, é habitar as dobras da paisagem: é perder-se entre vielas e becos, sentir a salinidade no vento, observar o gesto lento de quem borda à sombra de um cajueiro, perceber o assoreamento da laguna como cicatriz da violência ecológica. A deriva restitui ao corpo sua capacidade de sentir o território para além do mapa — desloca o saber do plano ao chão, do satélite ao pé descalço. Trata-

se de fazer da caminhada uma contra-leitura da urbe, na qual o que interessa não é o destino, mas os encontros, os desvios, os rastros e os afetos que emergem no percurso. Na perspectiva contra-hegemônica que estrutura este trabalho, a deriva se constitui como uma tecnologia de escuta incorporada. É com o corpo que se lê o território — e esse corpo, quando atento, é capaz de reconhecer o que os mapas silenciam: os territórios do cuidado, da memória e do afeto. Derivar no Pontal é, portanto, tatear o invisível, deixar-se conduzir pela lógica da maré e não da planta urbanística. É praticar uma ecologia do sensível, em que a paisagem não é objeto de estudo, mas sujeito de relação.

A urbanização colonial impôs à cidade uma linguagem abstrata, regulada por normas, eixos e índices — um urbanismo que escreve o território com régua e compasso, apagando suas rugosidades, sua oralidade e sua memória sensível. Essa cartografia hegemônica transforma a paisagem em diagrama e o morador em dado. Contra esse gesto de apagamento, as caminhadas e escutas realizadas no Pontal da Barra operam como formas de insurgência metodológica: formas de devolver presença ao que foi silenciado, e de reencarnar o espaço no corpo que o habita. Caminhar pelo bairro, neste contexto, é mais do que deslocar-se: é deixar-se atravessar. É escutar a textura dos passos sobre a areia, reconhecer as variações de cheiro entre o mangue e a rua asfaltada, perceber o tempo da fala que não cabe no cronômetro acadêmico. A escuta, aqui, não é instrumento, mas atmosfera. Escutar o Pontal é escutar o rumor da maré no vão entre duas casas, o ponto do filé que se repete como oração, a pausa entre duas frases de uma senhora que narra a infância à beira da lagoa. É, também, escutar os silêncios que falam da dor, da perda, da ameaça. A experiência corporal restitui à paisagem sua dimensão subjetiva e relacional. Ela recusa a neutralidade da planta urbana e afirma que o espaço só existe enquanto vivido. O que está em jogo, então, é a possibilidade de pensar o território a partir de dentro — desde a perspectiva dos que o caminham, tocam, habitam e significam cotidianamente. É nesse sentido que a cartografia sensível se torna também uma política do comum: ela nasce do encontro entre corpos e territórios, entre memórias e gestos, entre mundos que a abstração colonial tentou desarticular.

A caminhada atenta pela paisagem lagunar reconhece que o Pontal da Barra não é apenas um espaço humano — é um território rendado por relações entre pessoas, águas, bichos, plantas e espíritos. Como propõe Malcom Ferdinand (2022), uma ecologia verdadeiramente decolonial não pode se limitar à gestão ambiental de recursos, mas precisa recuperar os vínculos entre o social e o ecológico, entre o político e o espiritual, entre o humano e o mais-que-humano. A lógica moderna, ao fragmentar essas relações, impôs um “habitar colonial da Terra” (Ferdinand, 2022, p. 66) que trata a água como recurso, o mangue como obstáculo e o peixe como produto. A ecologia decolonial, por outro lado, reivindica o direito de viver com a Terra — e não sobre ela. No Pontal, essa ecologia das relações ainda pulsa nos modos de saber e fazer da comunidade: o pescador que conversa com a maré antes de lançar a rede, a rendeira que observa o tempo e a luz antes de escolher as cores do bordado, a senhora que reza para o orixá das águas antes de sair para mariscar. Cada gesto desses afirma que a vida está entrelaçada em redes de interdependência que escapam à racionalidade técnica.

Ferdinand (2022) nos lembra que a fratura ambiental é inseparável da fratura colonial. A contaminação da lagoa pela indústria não é apenas um problema ecológico — é uma ferida histórica no corpo coletivo da comunidade. As águas adoecidas do Pontal são também o reflexo das subjetividades expropriadas, dos vínculos quebrados, das cosmologias interditas. Recuperar a ecologia das relações é, portanto, também um ato de cura. Assim, a cartografia sensível que se desenha neste trabalho não se limita aos limites da planta urbana: ela mapeia afetos, escuta silêncios, reconhece entidades

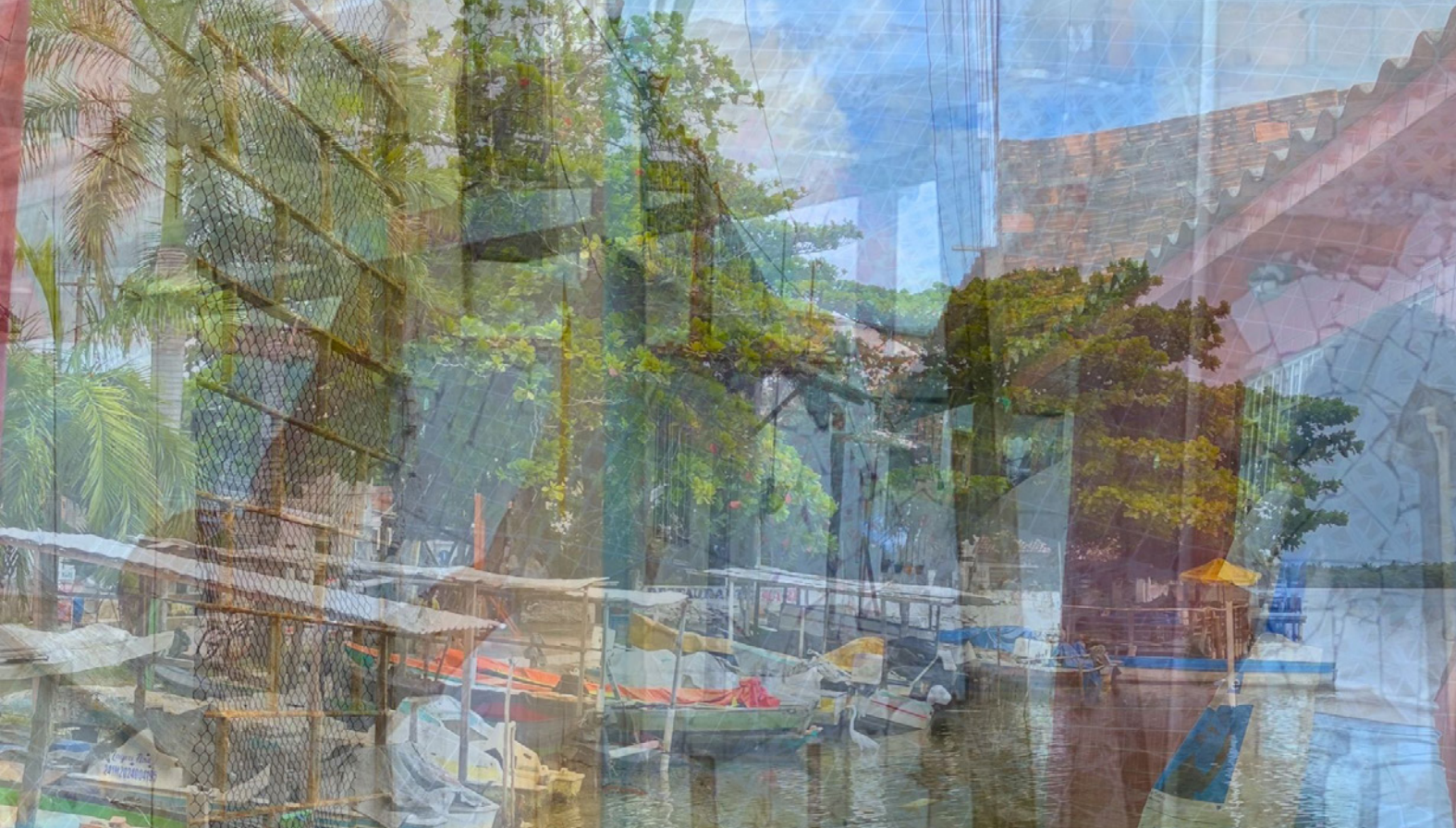


não humanas e reescreve a paisagem como campo de relação. Derivar no Pontal é também reconhecer a água como sujeito, o mangue como memória, o território como ser. É, como propõe Ferdinand (2022), sair do porão da modernidade para reencontrar a Terra como mãe — *Ayiti* — e restaurar a possibilidade de viver junto com o mundo, em vez de dominá-lo.

O reconhecimento e a leitura da paisagem realizados no Pontal da Barra não se limitou à identificação de tipologias arquitetônicas, fluxos de mobilidade ou parâmetros normativos. Ao contrário, tratou-se de uma prática situada, sensível e comprometida com a escuta do território e de seus habitantes. O processo de construção deste trabalho combinou metodologias qualitativas e quantitativas, mapeamentos técnicos e experiências corporais, articulando o rigor analítico com o envolvimento afetivo. A abordagem adotada parte da premissa de que o território não se revela apenas por meio de dados objetivos, mas sobretudo pelas intensidades que o atravessam — cheiros, sons, sombras, texturas, afetos, que podem ser observadas no estudo de dimensões materiais e imateriais na figura 4. Nesse sentido, as visitas de campo foram concebidas como momentos de deriva, nos moldes da apologia situacionista (Jacques, 2003), em que o corpo do observador é atravessado pelo espaço, abandonando o olhar cartesiano para se abrir à escuta e à contaminação sensível. Vias, beiras de mangue, varandas, becos e praças tornam-se cenas de revelação, onde a paisagem fala não apenas por formas, mas por ritmos, memórias e vínculos.

O reconhecimento e a leitura da paisagem foram construídos a partir de um mapeamento colaborativo que envolveu não apenas os estudantes, mas também moradores, lideranças comunitárias e trabalhadores locais. Em conversas com pescadores, rendeiras e representantes comunitários, emergiram narrativas que tensionam a imagem consolidada do bairro como cartão-postal turístico. Surgem, nesses encontros, as marcas da desigualdade, da ameaça da indústria, da precarização do saneamento e do risco ambiental. Mas emergem também as forças da permanência: o cuidado com o quintal, a fé em São Sebastião, a solidariedade entre vizinhos, a sabedoria sobre o tempo da maré. O mapeamento afetivo incluiu registros fotográficos, desenhos livres, cartografias dos fluxos cotidianos e apontamentos sobre as percepções táteis e sonoras do bairro. A vegetação nativa, os grafites nas fachadas, os pontos de encontro

Figura 3 - Deriva pelo Pontal da Barra. Fonte: Autoral, 2025.



à sombra, os gestos repetidos de trabalho e convivência — tudo isso foi interpretado como parte de uma paisagem viva, que excede o plano regulatório e interroga o próprio conceito de projeto. O que se mapeia, aqui, são forças: forças de resistência, de memória, de regeneração.

Em consonância com a ecologia das relações proposta por Malcom Ferdinand (2022), o reconhecimento e a leitura da paisagem buscam reinscrever o território na sua complexidade ecológica e política. A Laguna Mundaú não é apenas um corpo hídrico a ser protegido — ela é sujeito, memória, avó. A renda filé não é apenas técnica artesanal — é gesto ancestral, tempo bordado. A varanda não é apenas espaço residual — é espaço de cura, de encontro, de reprodução da vida. Assim, o reconhecimento e a leitura da paisagem participativa transforma-se em um gesto de contra-cartografia: uma devolução simbólica do olhar ao território, onde os mapas não apenas informam, mas também emocionam e denunciam. Em meio aos conflitos fundiários, à pressão turística e à ameaça ambiental, o Pontal da Barra se desenha como um campo de disputas, mas também como um campo de futuros possíveis. Futuros que, como lembra Krenak, estão atrás de nós — na memória viva dos moradores, nos caminhos traçados à beira da lagoa, nos pontos do filé que ainda insistem em permanecer.

No Pontal da Barra, o tempo não se organiza em sequência, mas em camadas. O que se vive no presente é atravessado por passados que persistem — nas palavras dos mais velhos, nos rituais que se repetem, nos gestos herdados de quem ensinou a pescar, bordar, rezar. A paisagem torna-se, assim, um palimpsesto de temporalidades sobrepostas, onde a memória individual dos moradores entrelaça-se à memória coletiva do território. Como mostra Gonçalves (2009), essa sobreposição não é apenas simbólica: ela se inscreve no corpo dos que habitam o bairro e nos espaços que resistem ao apagamento. As falas recolhidas em sua pesquisa revelam como o cotidiano atual é habitado por presenças do passado. Uma senhora que se lembra da lagoa “azulzinha”, das festas em canoas e das casas de taipa reconstruídas ao sabor das marés; um senhor que narra a infância entre anzóis, cajueiros e quintais coletivos. Essas narrativas individuais ganham força ao se repetirem em diferentes vozes — vozes que, ao ecoarem umas nas outras, constroem uma memória comum. É nesse eco que se reconhece a força política da lembrança: lembrar é resistir ao esquecimento



imposto pela cidade que nega o bairro, que tenta apagá-lo sob o verniz da especulação ou da paisagem “valorizada”.

Essas camadas temporais também se manifestam nos próprios elementos materiais do bairro: um muro que ainda guarda marcas de uma enchente, uma rede pendurada na varanda que foi herdada da mãe, uma árvore que marca o lugar onde antes havia um terreiro de tambor. O reconhecimento e a leitura da paisagem sensível realizados no Pontal permitiu apreender essas intensidades: são lugares que falam, mesmo que em silêncio — lugares que guardam aquilo que já não se vê, mas ainda se sente. A equipe discente, ao caminhar por essas bordas e vielas, não apenas observou espaços, mas ouviu tempos. Essa coexistência de tempos — da infância das pessoas que moram no bairro, da ameaça atual da Braskem e da ancestralidade que resiste nos gestos — indica que o Pontal é mais que uma paisagem física: é uma tessitura temporal viva. Aspectos que podem ser observados na síntese do reconhecimento e da leitura da paisagem na figura 5. A cidade moderna, ao buscar apagar os tempos “anteriores” em nome do novo, tenta impor uma lógica de substituição. Mas o que se vê no Pontal é outra lógica: a da convivência e coexistência de seres e temporalidades. O tempo da renda filé não substitui o tempo da maré; o tempo da devoção não apaga o tempo da luta. Tudo se mistura, como as águas da lagoa e do mar.

Gonçalves (2009) identifica que essas memórias, mesmo quando individuais, não são isoladas: elas fazem parte de um campo de sentido coletivo. A lembrança de uma moradora sobre a primeira vez que bordou um filé se entrelaça à lembrança de outra sobre como aprendeu a pescar com o pai. Juntas, essas falas desenhavam o que poderíamos chamar de cartografia das durações, onde o tempo não é cronológico, mas vivencial. Um tempo de resistências sutis e potentes, inscrito na repetição de gestos, na permanência de lugares, na continuidade de vínculos. Essa sobreposição de temporalidades desafia os modos ocidentais de planejar o território. Não se trata de projetar sobre um “vazio”, mas de reconhecer que ali já existe um mundo — múltiplo, espesso, em constante transformação. O projeto, nesse caso, não é gesto fundador, mas escuta cuidadosa: exige humildade epistemológica e disposição para aprender com o que já está. Com os quintais, com os pontos de renda, com os caminhos da maré. Escutar esses tempos é parte da construção de uma urbanidade contra-hegemônica

— uma urbanidade que não silencia o passado, mas o acolhe como condição de um futuro possível.

Escuta situada de uma memória viva

A memória do Pontal da Barra não está apenas nos arquivos ou nas imagens registradas da cidade: ela vive nos corpos, nos gestos e nas narrativas de quem ainda habita esse território fluido e ameaçado. As falas dos moradores idosos, como captadas por Gonçalves (2009), abordam uma história que, para além de rememorar o passado, insurgem no presente. O Pontal do “antes” — das casas de taipa, da água azul da lagoa, das festas de São Sebastião em canoas — não é apenas lembrança nostálgica, mas um horizonte de valor que contrasta com as ameaças do agora. E como foi possível observar a partir do diagnóstico sensível, é nessa sobreposição de temporalidades que o bairro constrói sua identidade: o tempo da maré, do bordado e da partilha não desaparece diante da modernidade, mas resiste como subcorrente, como saber ancestral que insiste em permanecer.

Essa perspectiva ressoa na escuta de outras vozes locais, como a de uma moradora (que aparece na figura 6) escutada no processo de realização do reconhecimento e da leitura da paisagem: mulher, 76 anos, rendeira e marisqueira. Viúva, mãe de sete filhos, ela diz ter perdido as contas dos netos e bisnetos, em um ciclo familiar que se confunde com a própria história do bairro. “Maré tá secando. E a juventude não quer mais saber”, comenta, enquanto costura o filé na porta de casa, descrevendo a paisagem da lagoa em transformação e o sentimento de solidão que atravessa sua rotina. Sua fala remete à mesma tristeza registrada por Gonçalves (2009) nas entrevistas realizadas, mas atualiza essa melancolia para um cenário ainda mais frágil: a perda dos laços comunitários se intensifica, e o desinteresse das novas gerações ameaça a continuidade dos saberes.

A religiosidade também aparece como elemento transversal. Hoje evangélica, relembra as festas de São Pedro e as procissões que ocupavam a praça do Pontal, práticas coletivas que, segundo ela, “não existem mais como antes”. Essa transição não é apenas uma mudança religiosa, mas um deslocamento simbólico do território: a festa como prática de comunhão cede lugar à privatização do espaço público e ao fechamento das casas, num contexto de medo e insegurança. Ela relata o receio de “ficar na porta” à noite, consequência direta da violência urbana, mas também da sensação de abandono provocada pela política neoliberal de exclusão das periferias. Seu relato atualiza o diagnóstico feito no trabalho de campo: as ruas, becos e vielas do Pontal, que antes funcionavam como extensão da casa e da vizinhança, tornaram-se zonas de alerta, exigindo rotas de fuga e estratégias de autoproteção.

A indústria petroquímica Braskem aparece como catalisadora desse cenário de risco. Ela associa o “mal cheiro” que paira sobre a comunidade às operações da indústria — o mesmo incômodo denunciado por outros moradores nas entrevistas de Gonçalves (2009), e que persiste como marca da colonização ambiental do território. O medo dos riscos ambientais e da destruição iminente gera o que Krenak (2022) apontaria como um estado de suspensão do futuro. A vida, nesse contexto, não se organiza mais em torno do planejamento, mas da sobrevivência e da incerteza. Como explicou a moradora, “a gente já sabe por onde correr, se precisar”, um cotidiano de insegurança que molda o corpo e o espaço. Essa fala ecoa no diagnóstico paisagístico realizado no Pontal da Barra: as rotas de fuga mencionadas por ela encontram correspondência nas bordas da lagoa, nos becos estreitos e nos caminhos informais mapeados nas caminhadas pelo território. São percursos de resistência, mas também de vulnerabilidade. As práticas da pesca e do filé seguem existindo, mas sob o peso da precarização ambiental e social.



O quintal, a varanda e a beira do mangue são, ao mesmo tempo, espaços de produção do cuidado e campos de exposição ao risco.

Ao confrontar a fala dessa moradora com as narrativas coletadas por Gonçalves (2009), percebe-se que o Pontal vive um ciclo de repetição e ruptura. No qual, a persistência dos saberes do corpo-território — a leitura da maré, o gesto do bordado, o preparo do sururu — encontram-se com a emergência de um novo modo de estar no mundo — um modo tensionado pela violência, pela solidão e pela ameaça constante da remoção e do colapso ecológico. A memória se torna, nesse cenário, um campo de disputa entre o desejo de permanência e a experiência da perda. É nessa ambiguidade que opera a força política da escuta sensível: não se trata apenas de registrar o passado, mas de reconhecer que essas vozes continuam tecendo o território no presente. As falas das mulheres como ela não são documentos arqueológicos, mas dispositivos de construção do comum, atualizando os saberes das águas em meio à precariedade urbana e à colonialidade persistente. Como propõe Santos (2015), o território não é posse, mas prática viva — e essa prática, no Pontal, se manifesta nos corpos, nas rotinas e nas narrativas das mulheres que seguem cuidando das bordas, bordando futuros nas margens da lagoa.

A mulher-sururu: narrativa visual de um corpo que detém os saberes sobre águas

No reconhecimento e na leitura da paisagem sensível do território do Pontal da Barra, e como prática metodológica de compreensão da paisagem urbana adotada pela equipe, a equipe discente criou uma figura-síntese da paisagem lagunar: a mulher-sururu (representada pela mulher pontalense da figura 7). Enraizada na memória das águas e nas práticas cotidianas de resistência, esta figura feminina e anfíbia não se trata de um arquétipo folclorizado ou de uma identidade fixa, mas de uma narrativa visual (Cusicanqui, 2021), construída como síntese imagética das narrativas e práticas de uma população majoritariamente feminina e negra que habita o território: aquelas que mariscam, bordam, cuidam da casa, repartem o pescado, organizam a vizinhança e sustentam os vínculos com a laguna. Este corpo mulher-sururu não é apenas sujeito biológico ou força de trabalho: é corpo-território, extensão da própria Laguna Mundaú,

Figura 6 - Moradora escutada tecendo renda na porta de casa. Fonte: Autoral, 2025.



onde se inscrevem os saberes da pesca, do cuidado e da resistência cotidiana. Mulher-sururu, corpo feminino, que se rizomatiza no Pontal da Barra, encarna uma epistemologia viva: saberes tecidos na repetição dos gestos, nas redes lançadas ao mangue, na Laguna, no ponto bordado à porta de casa. A mulher-sururu é, ao mesmo tempo, sujeito e paisagem; prática e memória; cicatriz e reexistência.

Como propõe Suely Rolnik (2018), o corpo é um campo de forças, um arquivo sensível das experiências coletivas e históricas. Nesse sentido, a mulher-sururu carrega, em sua corporalidade, as marcas da fratura colonial e da devastação ambiental, mas também a potência da resistência cotidiana. Cada gesto — ao mariscar na beira da laguna, ao preparar o alimento, ao tecer o ponto do filé — é prática de cuidado e reinvenção do território. Por meio desse corpo, se transmitem os saberes ancestrais das águas e se cultiva uma urbanidade outra, baseada na reciprocidade, na partilha e no vínculo com o território. Não é por acaso que as mulheres sururu aparecem com centralidade nas entrevistas e escutas sensíveis realizadas no bairro: que mantêm viva a memória das águas, que enfrentam a toxicidade da indústria e que sustentam a teia da coletividade.

Esse corpo é insurgente. Como lembra Rita Laura Segato (2003), a colonização não opera apenas sobre o território geográfico, mas sobre os corpos — especialmente os femininos, racializados e periféricos. A mulher-sururu é, assim, um corpo marcado pela violência estrutural, mas que recusa o silenciamento. Ela protesta em silêncio, denuncia, cuida, constrói redes e permeia o espaço. Sua independência econômica provida pela venda do Filé é além de um recurso de capital, mas política e ontológica: é ela quem decide o tempo da pesca, a hora de ir à beira, o momento de ensinar. Sua agência se dá nas pequenas práticas que resistem à lógica da escassez imposta pelo capital, sendo preciso romper com a imagem do corpo como objeto e reconhecê-lo como locus de saber e transformação.

A mulher-sururu habita o Pontal — ela o encarna, personifica. Ao mariscar, a mulher lê os sinais do tempo e da paisagem; ao bordar, perpetua uma pedagogia do gesto, uma forma de ensinar e de existir que recusa a separação entre saber e fazer. Seus modos de vida em consonância com a natureza lagunar e a coletividade da vizinhança materializam o que Malcom Ferdinand (2022) idealiza como um modo de existir que

recusa a cisão entre natureza e cultura, entre corpo e território. Sua epistemologia é sensível, situada, contra-hegemônica. A mulher-sururu vive em um tempo espiralar, onde o futuro é tecido na memória — como lembra Ailton Krenak (2022) — e onde cada ciclo da maré é também um ciclo de cuidado e resistência. O reconhecimento do protagonismo dessas mulheres é, portanto, central para a ecopolítica dos saberes das águas. Não há regeneração territorial possível sem a escuta ativa das práticas, memórias e denúncias que emergem desses corpos insurgentes. A justiça territorial, nesse contexto, não se realiza sem o reconhecimento de que é pela mulher que o território fala — com firmeza, com cuidado, com tempo. Nas beiras da lagoa, entre mariscos, pescados, redes e filés, são elas que bordam, no presente, os futuros possíveis do Pontal da Barra.

Possibilidades contracoloniais de habitar o “Paraíso das Águas”

No Pontal da Barra, os saberes ancestrais que estruturam a pesca artesanal e a renda filé não são apenas práticas culturais ou atividades produtivas — são modos de existência, epistemologias encarnadas, ontologias em ação. Com base na proposta de Arturo Escobar (2018), esses modos de vida podem ser compreendidos como designs ontológicos alternativos — formas de habitar o mundo que escapam à racionalidade moderna/colonial e propõem outras configurações do viver. Em vez de entender o design como mera técnica voltada à resolução de problemas, Escobar (2018) convida a uma reorientação radical: o design como prática ontológica, ou seja, como aquilo que co-produz mundos. Nesse sentido, a pesca e a renda não são apenas técnicas; elas são *ontodesigns* que expressam uma ecologia relacional entre corpos, territórios e temporalidades. Assim, esses saberes formaram o espaço e o espaço os formaram. Essa perspectiva de design se alinha à noção de pluriverso, também trabalhada por Escobar (2018), que se opõe à ontologia do “um-mundo” da modernidade ocidental. No Pontal, o pluriverso se manifesta nas práticas cotidianas que desafiam a abstração do urbano: o tempo da maré que rege o ritmo da pesca, o ponto da renda que atravessa gerações, a oralidade que resguarda os ciclos da natureza. Cada gesto bordado, cada rede lançada, é uma forma de *worldmaking* — de fazer mundo. Esses saberes, profundamente situados, resistem à lógica extrativa do capital e insistem em uma economia da reciprocidade, baseada na partilha, no cuidado e na regeneração da vida.

Como alerta Krenak (2022), as tecnologias coloniais — representadas pelas máquinas, indústrias, índices e instrumentos de controle — impuseram uma ruptura entre os seres humanos e os demais seres da Terra. Essa cisão é também uma ferida ontológica: ela nega a ancestralidade como modo de conhecimento e de organização da vida. Ao contrário, as tecnologias ancestrais, como a pesca tradicional e o bordado do filé, operam segundo uma lógica biointerativa (Santos, 2015) e relacional, que não separa sujeito e ambiente, corpo e território, tempo e prática. Essas tecnologias não objetificam a natureza, mas a escutam. São formas de produção que respeitam os ciclos, os limites e os ritmos da paisagem lagunar. São, portanto, tecnologias da permanência e da regeneração. Malcom Ferdinand (2022), ao propor uma ecologia decolonial, aponta para a necessidade de reintegrar os humanos aos sistemas ecológicos de maneira ética e política. No Pontal, essa ecologia já está em prática. A relação com a água, com os peixes, com os mangues e com os ventos não é de dominação, mas de coabitação. Quem pesca de maneira artesanal, consulta o tempo e a maré antes de sair. E quem tece a renda observa a luz antes de escolher as cores. A reza à beira da lagoa antecede o gesto de mariscar. Cada uma dessas ações é uma micro insurreição contra o paradigma colonial que tenta transformar o território em mercadoria. Elas compõem uma ecologia das relações, onde humanos e não humanos participam de uma trama comum — o que Escobar chamaria de tecido relacional da vida.

Essas práticas apontam para modos comuns de habitar, que partem dos próprios territórios e de seus modos de vida para projetar futuros possíveis. Trata-se de um design que se recusa a impor soluções externas e opta por nutrir os saberes já existentes — saberes que não são resquícios do passado, mas forças de invenção do porvir. Como diz Krenak (2022), a ancestralidade não é nostalgia: é proposição de futuro. Um futuro que se inscreve no tempo espiralar, no gesto repetido que reatualiza a dignidade e o pertencimento. A renda filé e a pesca artesanal, nesse contexto, não são atividades a serem “preservadas” como se fossem relíquias. São ontologias práticas, modos de habitar o mundo com a Terra e não contra ela. Elas materializam o que Escobar (2018) chama de projetos de vida — formas coletivas de imaginar, cultivar e defender mundos outros. No Pontal, esses projetos de vida resistem ao avanço do turismo predatório, da especulação fundiária e da contaminação industrial. Resistir, aqui, não é apenas lutar contra. É bordar a permanência, remar a maré certa, guardar o peixe no rio, como propõe Santos (2015): um fazer cuidadoso que sustenta a vida em comum. A economia que se realiza nesses modos de existência não é a da extração e do acúmulo, mas a da reciprocidade. O filé que se aprende com a avó e se ensina à neta, o peixe que se reparte com o vizinho, o quintal que se cultiva em mutirão — tudo isso configura uma racionalidade outra, onde valor não se mede em dinheiro, mas em vínculos, tempo e cuidado. Essa economia da reciprocidade desafia diretamente a lógica do capital, que mede, precifica e elimina o que não pode explorar.

Por fim, afirmar os saberes ancestrais como expressões da contracolonialidade é recusar a hegemonia colonizadora eurocentrada nos modos de conceber projetos e planejar o território urbano. É propor uma política do sensível, onde os desenhos não partem da planta, mas da escuta — uma escuta das águas, das vozes velhas, das redes, dos silêncios. Trata-se de reinscrever o território como campo de vida e de luta, onde o design não coloniza, mas cultiva. Como nos lembra Escobar (2018), o pluriverso não é utopia: é realidade cotidiana em disputa. E no Pontal da Barra, essa realidade se borda com linha, se lança com vara e se sonha com maré cheia. Com isso, o percurso realizado neste trabalho construiu, a partir da escuta das águas e das gentes, uma crítica sensível à colonialidade urbana e ambiental. Ao incrementar à formalidade técnica de um diagnóstico paisagístico práticas de apreensão da paisagem como a deriva, a cartografia afetiva e a escuta dos corpos que habitam o Pontal da Barra, o estudo propôs não apenas uma compreensão técnica da paisagem, mas apresenta modos de conceber e planejar o território urbano fundamentado em valores e tecnologias ancestrais e contr Coloniais. Destacando a experiência da comunidade, especialmente narrativas de mulheres que praticam a artesanato da pesca, como as marisqueiras, e da renda, como as bordadeiras de filé. Desta maneira, o reafirma-se que os territórios lagunares, longe de serem compreendidos como territórios de pobreza e problemas urbanos, são campos de saberes e resistências ancestrais.

O Pontal da Barra deve ser compreendido e valorizado como lugar de práticas ancestrais contr Coloniais que têm relação intrínseca com a dinâmica das águas. Não se trata de um modelo universal a ser replicado, mas de uma prática de mundo enraizada na especificidade de um território que é simultaneamente urbano, comunidade tradicional e ecossistema costeiro. Nas bordas da Laguna Mundaú, entre o mangue e a beira da maré, resistem formas de vida que desobedecem à lógica da obsolescência e da homogeneização do espaço urbano. O bairro do Pontal da Barra apresenta à cidade de Maceió, cujo slogan turístico a rotula como “Paraíso das Águas”, possibilidades de coexistir com os demais elementos e expressões da natureza de maneira mais justa: com os ciclos da maré, com o tempo do filé, com a pedagogia do gesto e do cuidado. Essa experiência territorial tensiona o paradigma colonial e capitalista da cidade, abrindo brechas para um urbano encharcado de ancestralidade.



A escuta realizada com uma antiga moradora, mulher de 76 anos, marisqueira e rendeira, intensifica essa compreensão. Sua fala traduz, em um corpo, as camadas de tempo e de território que conformam o Pontal: o cotidiano da pesca e do filé, o medo da violência, a solidão da velhice, o desinteresse da juventude, a maré secando, a lembrança das festas de São Pedro e a rota de fuga traçada pela ameaça da Braskem. Ela carrega no corpo e na memória a densidade do lugar. Sua narrativa confirma e atualiza o que Gonçalves já havia registrado em 2009, indicando que as camadas da experiência pontalense se sobrepõem e se renovam a cada ciclo da maré.

A mulher-sururu (representada pela ilustração da figura 8) é, nesse cenário, figura-síntese da ecopolítica lagunar. Ela não representa um tipo social fixo, mas uma prática viva de cuidado e reinvenção cotidiana. Ao mariscar, bordar, cozinhar, educar e resistir, ela costura a paisagem do Pontal com fios de memória e insurgência. Como propõe Ailton Krenak (2022), o futuro — se é que haverá um — será ancestral ou não será. Como lembra Malcom Ferdinand (2022), a luta ecológica não é separável da luta anticolonial. Como afirma Santos (2015), viver em confluência com o território é uma escolha ontológica e política. E como aponta Escobar (2018), as práticas das águas e dos saberes locais desenham outros designs de existência, alternativos à modernidade colonial.

Por isso, a ecopolítica das águas que emerge deste estudo não se traduz em diretrizes técnicas ou manuais de intervenção. Ela se traduz em práticas de escuta, permanência e cuidado. Uma política que recusa a dissociação entre corpo e território, entre cultura e natureza, entre tempo e lugar. Uma política que reconhece a laguna como bem-comum ancestral e o Pontal da Barra como território de reexistência. E, as perspectivas de continuidade desta pesquisa passam por multiplicar as escutas e os encontros: é preciso fortalecer laboratórios territoriais de co-aprendizagem, elaborar protocolos comunitários de governança das águas e consolidar espaços de intercâmbio entre academia, comunidades e movimentos sociais. Mais do que um campo de estudo, o Pontal se apresenta como um campo de luta, onde a permanência dos modos de vida tradicionais se inscreve como ato político e pedagógico. A Laguna Mundaú, em sua fragilidade e potência, é o laboratório onde se ensaiam outras urbanidades possíveis — urbanidades encharcadas, rizomáticas, pluridimensionais. Urbanidades que resistem

Figura 8 - Ilustração Mulher-sururu. Fonte: Liriel Lira, 2025.

ao sequestro colonial e que afirmam, nas bordas das águas, a dignidade de existir com o mundo e não contra ele.

Referências

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: Lembranças de velhos*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*, Vol. 1. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira. São Paulo: Editora 34, 1995.

DUARTE, Rubens de Oliveira. *O protagonismo e a sedução do mar e da laguna em Maceió e o imaginário das águas na cidade*. 2019. 291 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. *Ch'ixinakax utxiwa: uma reflexão sobre práticas e discursos descolonizadores*. São Paulo: N-1 Edições, 1ª ed. 2021. 128 p.

ESCOBAR, Arturo. *Designs for the pluriverse: radical interdependence, autonomy, and the making of worlds*. Durham; London: Duke University Press, 2018.

FERDINAND, Malcom. *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. Tradução de Letícia Mei. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

GONÇALVES, Vanessa Maria de Melo. *Relembrar o passado, reconhecer o presente : a identidade do Pontal da Barra pelas lembranças dos moradores idosos..* 2009. 208 f. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas do Espaço Habitado) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2009.

JACQUES, Paola Berenstein (Org.). *Apologia da deriva: escritos situacionistas sobre a cidade*. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

KRENAK, Ailton. *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. *INTERthesis, Revista Internacional Interdisciplinar*, v. 9, n. 1, p. 16-50, 2012.

ROLNIK, S. Pensamento, corpo e devir. Uma perspectiva ético/estético/política no trabalho acadêmico. *Cadernos de Subjetividade*, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 241–252, 2018. DOI: 10.2354/cs.v1i2.38134. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/cadernossubjetividade/article/view/38134>. Acesso em: 17 jul. 2025.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *Colonização, Quilombos: modos e significados*. Brasília: INCT/UnB, 2015.

SANTOS, Antônio Bispo. *A Terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora/Piseagrama, 2023.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *E-cadernos ces*, n. 18, 2012.

SIMAS, Luiz Antonio. *Entre o pássaro e a minhoca*. O Globo, Rio de Janeiro, 27 fev. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com>. Acesso em: 22 mar. 2025.